

FELIPE
30 D'AVILA
PRESIDENTE
VICE TIAGO MITRAUD

Programa de Governo

UM NOVO BRASIL PARA TODOS

2023 – 2026

NOVO

Um novo Brasil para todos

Programa de Governo
UM NOVO BRASIL PARA TODOS
2023 – 2026

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Convite para um novo Brasil | 4 |
| META 1: BRASIL CARBONO ZERO | 7 |
| O início de um novo ciclo de geração de emprego, renda e investimentos verdes | |
| META 2: BRASIL COMPETITIVO | 9 |
| Abertura total da economia, aumento de produtividade e reinserção internacional do Brasil | |
| META 3: BRASIL PARA TODOS | 12 |
| Leis mais simples e Estado mais eficiente | |
| META 4: BRASIL SEM FOME | 15 |
| A erradicação da pobreza extrema em 4 anos | |
| META 5: BRASIL COM MAIS EDUCAÇÃO | 17 |
| Estar entre as 20 melhores do mundo em 7 anos | |
| META 6: BRASIL COM SAÚDE | 21 |
| Melhoria do SUS com serviços de qualidade e parcerias privadas | |
| META 7: BRASIL SEGURO | 25 |
| Combate rigoroso ao crime organizado e à corrupção | |
| META 8: BRASIL RESPEITADO | 28 |
| Reconstruir a agenda internacional do País e recuperar a reputação na política externa | |
| META 9: BRASIL DINÂMICO | 31 |
| Cultura, turismo e economia criativa como motores do desenvolvimento | |
| META 10: BRASIL RESPEITÁVEL | 33 |
| Restabelecer o equilíbrio entre os Poderes, o respeito aos direitos individuais e garantir a aplicação das leis | |
| Agradecimentos | 35 |
| Referências e Fontes Utilizadas | 36 |

O BRASILEIRO MERECE UMA CHANCE DE VIVER EM UM NOVO BRASIL PARA TODOS

"Aqueles que escolhem o mal menor esquecem rapidamente que escolheram o mal"

Hannah Arendt

Os ventos de mudanças estão soprando a favor do Brasil. Essa não é apenas uma mensagem que queremos passar aos brasileiros, mas uma grande oportunidade que, bem aproveitada, será decisiva para o nosso futuro. Somos o país que melhor pode aproveitar a mudança da economia global para gerar crescimento, trabalho, prosperidade e bem-estar para todos. Ancoramos na inserção do Brasil nessa nova economia o nosso programa de governo, que visa à construção de um país que valoriza o que tem – talentos e riquezas naturais – conectado com a nova era econômica.

O Brasil para todos parte do fim da polarização, tão arraigada na política nacional. Nas últimas duas décadas, assistimos a um embate eleitoral entre o PT e seus inimigos. Antes era o PSDB e, agora, o bolsonarismo. Essa disputa, porém, está cada vez mais vazia de conteúdo e de propostas. Dos dois extremos, são apresentadas apenas proposições populistas, que tornam os cidadãos cada vez mais reféns da dependência do Estado. Andamos em círculos.

A política de que o país precisa para voltar a crescer, gerar emprego e reduzir a pobreza não virá de nenhuma variante do populismo. Sobretudo dessas duas, que já conhecemos tão bem. Se Lula ou Bolsonaro tivessem as respostas que nós, brasileiros, precisamos, não viveríamos crise tão profunda. Já sabemos que nem Lula, nem Bolsonaro têm as respostas que precisamos para a construção do Brasil do futuro.

Esta não é uma eleição para a escolha do menos pior. O Brasil não merece o resultado de tal escolha. Esta eleição é a mais importante chance que temos de mostrarmos para nós mesmos a força do Brasil e a capacidade que temos de norte a sul, das grandes às pequenas cidades. O problema de escolher o "mal menor" como nos ensina Hanna Arendt, é que ainda assim, está se escolhendo o mal. É hora de escolhermos o bom, o melhor.

Escolher o mal menor é escolher continuar com estagnação econômica, com número recorde de desemprego e baixo investimento, com milhões de pessoas na informalidade. Escolher o mal menor é manter o corporativismo e o governo para grupos específicos e não para quem precisa. Escolher o menos pior é manter o Brasil que não gera igualdade de oportunidade, que é refém de feudos eleitorais, de privilégios, de cargos com indicações políticas, de orçamentos secretos e de subsídios inexplicáveis.

Tudo isso significa, ao fim, escolher a manutenção da fome, da pobreza, da desigualdade, da educação sem aprendizagem, das longas filas na saúde, do medo

de sair às ruas. Tudo isso significa a prisão dos cidadãos, que permanecerão amarrados a um sistema falido.

Nossa candidatura tem uma visão das transformações necessárias para encararmos o século 21. Estamos nesta campanha para fazer um debate com propostas que interessam à sociedade, que impactam a vida de todos. Vamos enfrentar os velhos problemas não solucionados há anos com mentalidade diferente e atual. Não olhamos apenas para as ferramentas do Estado, mas para toda a economia, com sua força de transformação.

Apresentamos neste plano ideias inovadoras e uma visão radicalmente atual sobre os desafios do Brasil. Não é por outra razão que fazemos questão de estabelecer como primeira meta do nosso conjunto de propostas a transformação do Brasil na primeira grande nação do planeta com a economia totalmente adaptada à nova era do carbono zero.

A busca por uma nova economia baseada no respeito ao meio ambiente e na redução das emissões de carbono que afetam o clima e causam enormes perdas econômicas e sociais já é uma realidade, e vai ganhar cada vez mais espaço no mundo. Nosso potencial é gigante: temos capacidade de fixar metade do carbono do planeta plantando árvores em terras degradadas ou sem uso. Nenhuma nação tem um ativo tão gigantesco e valioso. Por isso, o programa símbolo do nosso governo será o de transformar a atividade de preservar e reconstituir florestas em fonte de renda e emprego.

Vamos iniciar pela base da agricultura. As atividades do agronegócio vão se multiplicar por meio da agricultura de precisão e da criação de produtos de maior valor agregado, que levarão a um aumento total das exportações, e diminuirão a atual dependência sobre as commodities. Para viabilizar esse setor ainda mais produtivo e sustentável, precisamos fazer a tecnologia chegar no interior do Brasil por meio de investimentos em energia, com o Nordeste à frente; da silvicultura comercial; além do programa de reflorestamento nativo, que dobrará de tamanho e transformará a plantação de florestas em uma fonte ainda mais sólida de trabalho e renda. E tudo isso sem prejudicar um único milímetro da terra hoje empregada em atividades produtivas.

Começaremos pela Amazônia, que se transformará em exemplo mundial de fonte de renda gerada a partir da floresta, da bioeconomia e da captura de carbono. Da Amazônia seguiremos para o interior do país, que será o grande palco da mudança que propomos e onde vamos gerar milhões de empregos fazendo crescer exponencialmente os hectares de florestas plantadas. Essa é parte fundamental do mercado de fixação de carbono.

Com esse novo reposicionamento econômico, voltaremos a crescer, a gerar empregos e renda para pequenos proprietários de terra, e vamos reinserir a economia brasileira nas cadeias globais de produção de forma competitiva. Como resultado teremos a retomada do investimento no país, levando ao aumento da renda e do emprego.

No campo do comércio, nossa principal proposta também é revolucionária: promover a abertura unilateral da economia brasileira. Queremos abrir as portas do nosso país para o mundo, barateando os preços de máquinas, equipamentos e produtos importados. O acesso à tecnologia e aos mercados de capitais internacionais serão vitais para qualificar nossa indústria para seguir os passos de sucesso do nosso agronegócio e ter condições de competir na arena global com todos os outros países.

O Brasil Carbono Zero vai inaugurar, também, novas relações entre Estado e sociedade. Seu objetivo é disseminar, junto com a riqueza, uma ordem na qual todos os brasileiros possam aproveitar as oportunidades criadas pela nova economia. Acreditamos na capacidade dos brasileiros de empreender e buscar seu próprio caminho de forma independente e livre. Para que o país se beneficie das oportunidades globais, precisamos abrir nossa economia e descomplicar as leis que regulam os negócios no país. É preciso haver uma importante mudança de mentalidade na forma como o Estado se relaciona com o setor privado e com a sociedade. A nova economia não funciona com as velhas ideias de um bem-estar dependente de favores do governo.

Estamos propondo um caminho alternativo ao atraso e à polarização que hoje nos domina. A economia de baixo carbono, é consenso, deixou de ser apenas uma bandeira dos ambientalistas. Ela é causa dos empreendedores mais avançados no mundo. A escolha que faremos é se usaremos o potencial que temos e jogar pesado nessa nova economia ou se nos manteremos à margem de uma transformação global. O Novo escolheu fazer o Brasil protagonista dessa nova era.

O programa que apresentamos à sociedade brasileira não é uma lista de ideias e propostas desconectadas. Apresentamos um programa transversal, cujas propostas convergem para um mesmo ponto: sermos a maior potência mundial da nova economia. Todas as propostas que aqui apresentamos são interligadas e sequenciais. Elas foram pensadas de três vetores: economia verde, abertura comercial e gestão pública dedicada a servir o cidadão.

Não precisamos escolher entre o pesadelo do passado ou a tortura do presente. Nós, brasileiros, não merecemos as consequências dessa escolha. É hora de fazermos escolhas que não nos façam reféns do mais do mesmo, do medo. Nós, brasileiros, merecemos o melhor, não o “menos pior”.

Chegou a hora de um novo tempo em que a gente pode sonhar, prosperar, realizar. Temos urgência e não podemos mais perder tempo, porque quem tem fome tem urgência. Quem está doente tem urgência. Quem precisa de creche e escola tem urgência. A vítima da violência e da insegurança tem urgência. Quem quer trabalhar tem urgência. O Brasil tem urgência.



META 1

BRASIL CARBONO ZERO

O início de um novo ciclo de geração de emprego, renda e investimentos verdes

Já é consenso: o planeta precisa reduzir suas emissões de carbono. Governos e empresas de todo o mundo avançam rapidamente nessa direção. É a nova economia do carbono zero, ou carbono neutro. Manter a floresta em pé, além de ser vital para o ambiente, será mais lucrativo do que derrubar as árvores. O Brasil tem condições de ser o líder global desse processo e gerar muitos recursos a partir dele. Vamos nos tornar um país "carbono zero". Não é apenas o certo a se fazer, é também o mais inteligente. Temos a obrigação de preservar a Amazônia e outros biomas importantes ao mesmo tempo em que garantimos emprego e renda para as populações que vivem nessas regiões. É o caminho do futuro.

NOSSAS PROPOSTAS

1. DESMATAMENTO LÍQUIDO ZERO ATÉ 2030

Vamos equilibrar o jogo transformando a atividade de reconstituir florestas em fonte de emprego e renda. Além do combate ao desmatamento ilegal, vamos financiar o plantio de áreas florestais em até 1,5 milhão de pequenas propriedades rurais, desde quilombos e assentamentos até sítios e pequenas fazendas, por meio de uma solução via créditos de carbono (*green bonds*) para monetizar a floresta em pé.

2. RECUPERAR 3 MILHÕES DE HECTARES

O Brasil tem 50 milhões de hectares de terras degradadas, que já foram atingidas pelo desmatamento. Por que abandoná-los? Vamos recuperar

a floresta nesses locais apoiando a criação de um mercado de fixação de carbono, que viabilize o plantio de espécies nativas em pelo menos 3 milhões de hectares de terras em diferentes propriedades rurais.

3. INTEGRAR A PECUÁRIA

É urgente estimular a combinação da pecuária com a conservação de florestas e biomas. Existem hoje exemplos concretos de produtores que têm aumentado a produtividade de suas fazendas com inovações no sistema de pastagem e também com reflorestamento.

4. SALTO NA LOGÍSTICA

Temos que diversificar os meios e as alternativas de transporte para diminuir drasticamente as emissões de

dióxido de carbono na atmosfera. No transporte de cargas, vamos investir na utilização de ferrovias, hidrovias e dutovias, modais extremamente eficientes e adequados à nova economia de baixo carbono. Nas cidades, apoiar os estados e municípios com recursos e tecnologia para impulsionar políticas inovadoras de mobilidade urbana, com foco no transporte público.

5. AGRICULTURA 100% LIMPA

O setor agropecuário deve buscar fontes de energia limpas e renováveis, como a solar, a eólica e o etanol. O objetivo é reduzir ou mesmo eliminar a emissão de gases desta atividade para a atmosfera. A produção de etanol significa um importante avanço nessa direção. Entretanto, os canaviais brasileiros ainda são altamente dependentes do petróleo, usado como base de fertilizantes sintéticos e no transporte da safra. Isso precisa ser revertido com a progressiva valorização de diferentes modais e novas tecnologias de fertilização orgânica.

6. A BIOMASSA É NOSSA

O uso industrial da biomassa na produção de energia já é uma realidade em muitos países. No Brasil, há um claro potencial para a expansão dessa fonte de energia. Temos que seguir esse caminho. A biomassa pode ser produzida de forma eficiente e sustentável com inúmeros benefícios ambientais, econômicos e sociais quando comparados aos combustíveis fósseis. Sua produção permite um melhor manejo da terra, criação de empregos no campo e redução nos níveis de emissões de CO₂.

META 2

BRASIL COMPETITIVO



Abertura total da economia, aumento de produtividade e reinserção internacional do Brasil

Uma proposta central da nossa agenda de política econômica é a abertura unilateral da economia brasileira, com redução dos níveis de proteção tarifária e não tarifária que englobe transversalmente todos os bens. Sabemos que a resistência à abertura comercial tem raízes profundas no Brasil. O estado intervencionista, que distribui fartos subsídios, viciou boa parte do nosso setor produtivo. Mas essa política não funciona. Basta ver que ela tem nos levado a colecionar, de um lado, preços altos de produtos para o consumidor, de outro, índices pífios de aumento do PIB. Temos que mudar o modelo. Nenhum país enriqueceu com a economia fechada. Precisamos nos livrar dessa amarra no Brasil e inserir o Brasil nas cadeias globais de produção. Para atrair investimentos externos, precisamos simplificar nosso código tributário, que é complexo, e torná-lo equiparado aos padrões internacionais. Também são necessárias leis trabalhistas mais atuais e flexíveis que permitam adaptar os contratos a uma sociedade mais moderna, com novas formas de estabelecer relações de trabalho para além do que define nossa CLT e que objetivem a redução da informalidade que assola o mercado brasileiro. Internamente, o estado pode acelerar o crescimento econômico e estimular a competitividade das indústrias brasileiras ao concentrar seus investimentos em infraestrutura, e reduzir ineficiências de mercados ao quebrar monopólios, incentivar a concorrência e privatizar empresas que estão sob controle estatal. Por fim, acreditamos firmemente que o país precisa promover reformas microeconômicas para destravar nosso potencial de crescimento e garantir o respeito aos contratos, com segurança jurídica para investimentos.

NOSSAS PROPOSTAS

1. ABRIR A ECONOMIA BRASILEIRA

A integração competitiva da economia brasileira ao mundo será um dos pilares da agenda econômica do nosso governo. Com isso, vamos reduzir o atraso tecnológico da indústria nacional e abrir caminho para que nossas indústrias se tornem

mais eficientes e produtivas, a par com a dinâmica do sistema econômico internacional. Este processo é pré-condição para aumentar a participação brasileira no comércio internacional e integrar nossas empresas nas cadeias globais de valor. O processo vai aumentar a competitividade de nossa economia e reduzir preços para consumidor final.

2. REDUZIR IMPOSTOS SOBRE AS IMPORTAÇÕES

Nossa política de abertura comercial começará por uma remoção de diversos dispositivos de administração pontual e discricionária de tarifas e pela redução rápida na aplicação de medidas antidumping. A política tarifária atual apresenta várias distorções que precisam ser corrigidas. A nova estrutura que defendemos será projetada para dar previsibilidade de longo prazo para produtores e investidores no Brasil. O cronograma de liberalização comercial será anunciado com antecedência e será implementado de forma gradual durante os quatro anos de nosso governo.

3. PAGAR CRÉDITOS DEVIDOS AOS EXPORTADORES

Vamos simplificar os regimes tributários que existem no país e eliminar resíduos tributários incidentes sobre as exportações. Também garantiremos o pagamento dos créditos tributários devidos aos exportadores, dando previsibilidade e maior competitividade à produção nacional.

4. ADERIR ÀS REGRAS DA OCDE

Vamos apoiar intensamente o processo de adesão à Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esse movimento contribuirá para a melhoria do ambiente de negócios no Brasil, facilitando a adoção de um conjunto de normas de governança e regulação administrativa que poderão revolucionar a economia brasileira e sua integração internacional. A entrada na OCDE permitirá também reforçar o papel de instituições de regulação

técnica no plano doméstico que certificam produtos e patentes. A participação em cadeias globais de valor exige garantias de direito de propriedade para transferência de tecnologia ao longo da cadeia e capacidade de cumprimento de normas e regulamentos técnicos. O Brasil precisa se ajustar a esse padrão internacional para dar impulso a suas exportações.

5. MENOS BUROCRACIA EM PORTOS E AEROPORTOS

Reestruturar a logística dos portos e aeroportos, com investimentos e diretrizes legais claras para desburocratizar os serviços de aduana, é urgente. Para uma participação efetiva nas cadeias globais de valor, o tempo é variável fundamental. Vamos promover uma abrangente agenda de facilitação de comércio com ênfase na integração de diferentes órgãos governamentais em plataformas comuns de serviços dos portos e aeroportos. Vamos certificar exportadores confiáveis que terão maior agilidade nas suas operações e estabelecer o Agente Único de Fronteira. É preciso acabar com a falta de coordenação entre os órgãos e com a prática que existe no país de realizar inspeções de cargas por autoridades diferentes, em momentos diferentes e sem nenhuma coordenação estratégica.

6. FIM DAS RESERVAS DE MERCADO

Encerrar os programas de incentivo baseados em exigências de "conteúdo local". Programas de compras governamentais e regimes setoriais baseados nessa premissa arcaica serão substituídos por políticas horizontais voltadas para a

redução dos custos do investimento e a capacitação profissional, permitindo a especialização nos elos das cadeias produtivas setoriais em que o país já é mais eficiente.

7. PRIORIZAR ACORDOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS

Essa agenda foi negligenciada pelos governos do PT e pouco avançou no governo Bolsonaro. Temos a possibilidade de negociar a eliminação de barreiras que afetam as exportações de produtos em que o Brasil é competitivo, sobretudo no agronegócio. A revolução que vamos promover nesse setor com a meta de carbono neutro será fundamental para abrir portas nas negociações comerciais. Vamos sinalizar a mudança retornando ao cenário internacional com uma agenda de abertura econômica com um forte componente ambiental e de sustentabilidade.

8. MODERNIZAR A CLT

É possível criar modalidades de contrato entre empregado e empregador que sejam mais flexíveis e que ao mesmo tempo respeitem os direitos básicos do trabalhador que estão garantidos no artigo 7 da Constituição. A CLT é uma legislação do século passado. Precisamos de regras trabalhistas para o século XXI, para atender ao mundo do trabalho moderno.

9. SIMPLIFICAR A TRIBUTAÇÃO SOBRE CONSUMO, RENDA E FOLHA DE PAGAMENTO

Por conta de sua fragmentação e do excesso de benefícios fiscais, o

sistema tributário brasileiro é não apenas ineficiente, mas também injusto. A lógica do nosso plano prevê a substituição de tributos ultrapassados por um imposto sobre valor agregado (IVA), bem como a uniformização das regras de tributação da renda e a alteração das regras de tributação de folha de pagamento, com foco na formalização. Assim, será possível eliminar as principais distorções do sistema brasileiro e, ao mesmo tempo, revisar os regimes simplificados de tributação de modo a torná-los mais eficientes e justos.

META 3

BRASIL PARA TODOS

Leis mais simples e Estado mais eficiente



O Estado assistencial está falido. Ele se tornou gigante, ineficiente e disfuncional. Esse é um problema que ocorre não apenas no Brasil. Na maioria dos países desenvolvidos, enquanto os gastos do governo crescem mais do que a receita, a dívida pública atinge níveis alarmantes. Já vimos esse filme repetidas vezes: quando o Estado não respeita o equilíbrio fiscal e gasta mais do que arrecada, a conta sempre chega. É fundamental termos coragem política e espírito cívico para enfrentarmos o real problema: a necessidade de transformar o Estado assistencial em um Estado eficiente e garantidor da prestação de serviços. A mudança econômica e demográfica, associada à pressão política dos eleitores para que os governos ampliem benefícios generosos, serviços públicos subsidiados e programas gratuitos, foi responsável pelo crescimento dos gastos governamentais de 27,9% do PIB em 1960 para 42,7% do PIB na primeira década do século 21. Além de gerar uma crise fiscal de difícil solução, o Estado assistencial também criou um grave problema social: fomentou grupos de cidadãos "viciados em governo". São empresários que dependem de medidas protecionistas do Estado para produzir bens e serviços, sindicatos, ONGs e universidades que não sobrevivem por seus próprios meios e precisam ser financiados integralmente pelo governo para se sustentar. O assistencialismo estatal criou um ciclo vicioso no qual cidadãos dependentes de benefícios públicos elegem governos que aumentam o gasto público de forma irresponsável e transferem cada vez mais recursos do setor produtivo – via impostos e taxas – para o setor improdutivo, controlado pelo governo. Esse ciclo só será rompido se formos capazes de compreender que o papel do Estado no século 21 consiste em se tornar um eficiente garantidor da prestação de serviços. Para exercer eficientemente esse papel, o Estado precisa passar por uma reforma administrativa ampla, com revisão profunda das atuais funções públicas, e que leve a uma eliminação de posições ultrapassadas, redundantes ou pouco produtivas. Além disso, é necessário que o governo tenha um papel ativo e contínuo na gestão de pessoas que estão sob sua alçada, e que sejam implementadas ferramentas de análise de performance periódicas para que os bons servidores sejam valorizados.

NOSSAS PROPOSTAS

1. FEDERALISMO

Desenvolver um plano abrangente que estabeleça o princípio da gestão descentralizada do poder e dos recursos públicos como a base legal para a atuação do Governo Federal.

Estados e municípios devem ter autonomia para desenhar suas políticas públicas de acordo com o contexto local e os desafios particulares de cada região. Dessa forma, esses entes federativos poderão elaborar e testar políticas inovadoras.

2. REGRAS CLARAS PARA TODOS

Assegurar a previsibilidade regulatória e promover um ambiente de negócios mais favorável ao empreendedorismo e ao trabalho é crucial. A regulação administrativa deve estar a cargo de agências independentes, com diretorias técnicas protegidas por mandatos, e sem interferências políticas e casuísticas. Um programa nacional de governança da ordenação pública econômica deve garantir que as regulações administrativas sejam editadas com estudo prévio de seu impacto e revistas periodicamente, para garantir sua qualidade, atualidade, eficácia e eficiência nos custos. Defendemos a criação de varas especializadas em assuntos econômicos para aproximar a Justiça da Economia. É preciso investir também na análise sistemática do impacto regulatório, garantindo a integridade técnica das decisões das agências e sua autonomia decisória e financeira.

3. FIM DOS SUBSÍDIOS

Construir uma política de Estado para os Investimentos em Infraestrutura, centrada na contribuição do setor privado, sem subsídios ou artificialismos que comprometam a produtividade dos investimentos. Ao Estado caberá um papel importante no âmbito do planejamento, regulação e financiamento. O Programa de Parcerias de Investimento (PPI) – criado em 2016 para dar consistência técnica aos novos projetos de infraestrutura, preparando-os para a licitação – deve ser mantido, modernizado e fortalecido.

4. ACESSO TOTAL A INFORMAÇÕES

Aumentar a transparência e a disponibilidade de informação sobre o custo e a qualidade dos serviços públicos, permitindo que a população faça suas próprias escolhas sobre quais serviços irá buscar.

5. DAR VALOR AOS DADOS

Propor a “Lei Geral de Empoderamento de Dados”, a qual irá regular o valor dos dados como patrimônio e as transações feitas a partir deles. Essa lei irá empoderar as pessoas físicas e jurídicas que passarão a gerenciar o valor dos dados produzidos em suas relações.

6. FIM DOS PRIVILÉGIOS

É vital promovermos uma reforma geral do Estado para desconstitucionalizar privilégios que beneficiam o corporativismo e o setor privado parasita. Desvincular gastos constitucionais, promover uma ampla reforma visando modernizar a gestão dos recursos humanos no governo federal e remover privilégios da Constituição.

7. REFORMA ADMINISTRATIVA E GESTÃO POR RESULTADOS

Fazer o Estado funcionar depende, essencialmente, de criar uma nova dinâmica de gestão na Administração Pública, em gerí-la com foco em resultados. Para isso, propomos: aprimorar as metas de cada órgão ou entidade de modo a vinculá-las a um planejamento estratégico dos resultados que devem ser alcançados

pela União; modernizar os vínculos com a Administração Pública dando mais flexibilidade aos gestores públicos na adaptação da força de trabalho às mudanças da sociedade; aprimorar os processos de avaliação de desempenho dos servidores, dos órgãos e entidades públicas e das políticas públicas para incentivar o alto desempenho no funcionalismo público; reestruturar as carreiras e políticas salariais a fim de permitir maior mobilidade de profissionais competentes e reduzir as desigualdades no funcionalismo público; tornar política de estado os programas de formação de novas lideranças públicas para ocuparem cargos de gestão; propor uma modernização institucional do Estado, a fim de simplificar a gestão e aumentar a segurança jurídica.

8. MODERNIZAR O SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

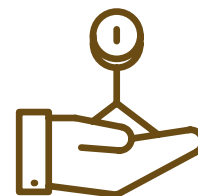
Além de introduzir um novo modelo de gestão, é importante aprimorar a segurança jurídica para bons gestores e tornar mais eficiente o sistema de combate a desvios e corrupção sobre os maus. Para isso, é importante despolitizar o TCU e os TCEs e reforçar suas atividades como órgãos auxiliares do controle externo do Legislativo. Propomos que os Ministros e Conselheiros sejam servidores de carreira do órgão e não indicados pelo Legislativo e Executivo e, enquanto isso, que sejam realizadas apenas indicações técnicas para integrar o TCU. A revisão das regras materiais e processuais do sistema de controle, como as competências constitucionais e a Lei Orgânica do TCU, bem como a regulamentação do escopo das auditorias operacionais, de modo que sejam orientadas

a auxiliar o Legislativo na tomada de decisão política e na avaliação das políticas públicas. Por fim, reforçar o papel da CGU e a integração dos órgãos vinculados ao sistema de controle externo.

META 4

BRASIL SEM FOME

A erradicação da pobreza extrema em 4 anos



Nos últimos anos, diversos países desenvolvidos instituíram metas de redução de pobreza. Canadá, Reino Unido e Nova Zelândia, entre outros, criaram legislações específicas que estabeleceram metas nacionais nesse sentido. Uma das maiores preocupações é a redução da pobreza infantil, a forma de pobreza mais danosa pelo seu impacto de longo prazo. A ideia básica desse modelo é que o Estado não deve interferir no mercado de trabalho, o qual gera melhores resultados quando funciona livremente, mas sim atuar de forma efetiva para ajudar as famílias que ficaram para trás. O primeiro passo para realizar esse trabalho é acompanhar os indicadores nacionais de pobreza já existentes de forma contínua. Os indicadores devem servir de bússola para a formulação de políticas públicas de combate à pobreza.

Vale lembrar que o regime de metas está bastante consolidado no Brasil. Temos metas para a inflação, juros, gastos públicos, alfabetização e desmatamento. O país tem urgência em enfrentar a pobreza e seus efeitos destrutivos nas famílias e na sociedade. Metas permitem estabelecer planos de ação concretos que garantam que os objetivos inscritos na Constituição serão alcançados. Propomos um programa baseado na experiência internacional de luta contra a pobreza. A lógica das metas coloca nos proponentes de diversos gastos públicos o ônus de mostrar qual será o impacto concreto de cada despesa sugerida. Propomos desenvolver uma legislação fundamentada na medição constante de indicadores de pobreza e regras básicas de planejamento e monitoramento para eliminar os casos de pobreza extrema em quatro anos.

NOSSAS PROPOSTAS

1. ELIMINAR A POBREZA EXTREMA EM QUATRO ANOS

Como primeira meta, propomos o desafio de eliminar a pobreza extrema no Brasil em quatro anos. É possível e factível. Basta trabalhar com dados precisos e foco no objetivo.

2. MEDIR A POBREZA

Acompanhar continuamente indicadores nacionais de pobreza, especialmente por meio da PNAD trimestral, e criar mapeamentos específicos que possibilitem focalizar políticas públicas especialmente para os casos de pobreza extrema, permanente e aquela que atinja a população infantil. Monitorar sua evolução no

tempo será uma das principais metas da estrutura de planejamento do nosso governo. Instituições dedicadas ao planejamento e análise econômica, como o IPEA, por exemplo, ficarão responsáveis por produzir relatórios anuais sobre a evolução destes indicadores.

3. ESTABELEECER METAS PARA REDUZIR A POBREZA

Com os indicadores em mãos, o governo deverá estabelecer metas de redução, tanto dos números nacionais, quanto dos regionais. O cumprimento dessas metas deve orientar gastos públicos, investimentos e programas sociais. O governo deverá estabelecer metas de redução de longo prazo (dez anos) e médio prazo (três anos).

4. ESTIMULAR O EMPREENDEDORISMO

Além de dar acesso a programas sociais, temos que assegurar que os indivíduos e famílias atendidas tenham condições de buscar melhores condições fora do ambiente assistencial, principalmente tomando consciência de suas potencialidades e desenvolvendo capacidades que as permitam garantir sua sobrevivência. O empreendedorismo deve ser visto como uma estratégia de superação da condição de pobreza.

5. CONTAS PÚBLICAS NO AZUL

Ter como valor absoluto no governo a responsabilidade fiscal e o respeito ao equilíbrio das contas públicas. Se o governo não for capaz de manter

suas próprias contas em dia, jamais terá recursos suficientes para ajudar famílias atingidas pela pobreza a romperem com o ciclo de miséria. Os recursos virão, portanto, da redução significativa de despesas correntes e por meio de entradas esporádicas de receitas oriundas da desestatização de empresas públicas e da venda de ativos, hoje ancorados, direta ou indiretamente, ao Tesouro.



META 5

BRASIL COM MAIS EDUCAÇÃO

Estar entre as 20 melhores do mundo em 7 anos

Uma educação básica de qualidade gera igualdade de oportunidades, que é a base de uma sociedade verdadeiramente liberal. O investimento em educação impacta diretamente a estrutura de mobilidade social do país. Acreditamos na força da educação para derrubar as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento do potencial de cada indivíduo. Se os gastos do governo federal com educação forem adequadamente dirigidos e avaliados – uma de nossas bandeiras permanentes –, trilharemos o caminho do desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo e abriremos oportunidades inéditas para que o país atinja uma distribuição mais equitativa de sua riqueza.

Sem reformas significativas que aumentem a eficiência do uso dos recursos públicos na educação, não será possível superar a “armadilha da renda média” e se aproximar da renda per capita dos países mais ricos do mundo. O desafio para um país como o Brasil é o de manter taxas de crescimento elevadas durante um longo período. Sem investir na formação de um capital humano capaz de gerar inovações tecnológicas que elevem a produtividade de nossa economia, jamais conseguiremos atingir essa meta.

Vamos promover nossa agenda para a educação respeitando o princípio federativo, que alicerça todo o nosso programa de governo. Neste sentido, o orçamento destinado à educação deve ser transparente, redistributivo e capaz de induzir e disseminar pelo sistema as boas práticas que hoje existem ainda de forma restrita em alguns estados e municípios.

NOSSAS PROPOSTAS

1. ARTICULAÇÃO NACIONAL

O governo federal deve liderar a articulação com estados e municípios no âmbito dos ensinos infantil, fundamental e médio. Em primeiro lugar, é preciso aprimorar os mecanismos de financiamento da Educação Básica, objetivando o uso eficiente dos recursos públicos disponíveis. Também é possível um aprimoramento da Base Nacional Comum Curricular

e a revisão das competências do Conselho Nacional de Educação na definição de conteúdos obrigatórios. Essa articulação também deve ter como foco a atração e formação de docentes, com a construção de uma carreira mais atrativa, e o aprimoramento da governança do sistema.

2. REPLICAR EXEMPLOS DE SUCESSO

Algumas cidades e estados brasileiros já conseguiram melhorar substancialmente a qualidade da educação e diminuir a evasão escolar. Assim, o governo federal deve liderar uma reforma educacional no país baseada nesses exemplos. Como o governo federal tem uma atribuição principalmente no ensino superior, sua função deve ser a de gerar incentivos e apoio para que os estados e municípios mudem a maneira como a educação é administrada a partir dos exemplos de sucesso de estados e municípios.

3. UNIVERSALIZAR A PRÉ-ESCOLA E A ALFABETIZAÇÃO

Assumimos o compromisso de garantir que crianças de 4 e 5 anos estejam matriculadas na pré-escola e de universalizar a alfabetização até o segundo ano do Ensino Fundamental. Há uma relação direta entre o cuidado recebido pela criança e a aprendizagem durante os primeiros anos de vida. A atenção e a educação na primeira infância requerem a participação de instituições de diferentes áreas, como a saúde, a educação, a assistência social, entre outras. Nosso governo irá desenvolver uma plataforma de integração que será oferecida aos municípios para que possam coordenar suas ações intersetoriais.

4. ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Nosso governo irá apoiar os estados e municípios no esforço de ampliação

do ensino em tempo integral em todos os níveis. Há extensa literatura que indica que a escola em tempo integral contribui para o aumento da aprendizagem, a redução do abandono, além de facilitar a rotina de trabalho dos pais e favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. Os efeitos positivos podem ser sentidos também na qualidade da alimentação e no acompanhamento nutricional dos alunos. Iremos construir um plano de universalização das escolas nessa modalidade no Brasil.

5. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Promover o ensino técnico como prioridade do Ensino Médio, oferecendo formação em direta conexão com as atividades profissionais e as demandas do setor produtivo. Defendemos incluir o ensino profissionalizante como forma de inserir os trabalhadores jovens nos novos mercados de trabalho.

6. ESTIMULAR OS CONVÊNIOS

Vamos incluir as escolas *charter* no cálculo de distribuição de recursos do Fundeb. Hoje, somente na educação infantil é permitido que as crianças matriculadas em creches conveniadas recebam recursos do Fundeb. Nossa proposta é que isso também seja permitido em todo ensino básico, com o mesmo fator de ponderação recebido pelos alunos das escolas públicas estatais (no ensino infantil os alunos nas creches conveniadas recebem um fator de ponderação inferior).

7. FOMENTAR A QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

É preciso estabelecer de forma clara o conjunto de competências que os professores devem apresentar para se tornarem instrutores efetivos em cada ciclo. Essas competências, por sua vez, devem ser baseadas nos objetivos de aprendizagem dos alunos e servir de referência para a formação inicial e continuada dos professores. O governo federal deve ajudar na formação, avaliação e certificação de professores para a rede pública, que poderão ser usados pelas redes de acordo com suas necessidades.

8. METAS E BÔNUS

Desenvolver um sistema de metas e bônus de desempenho. Propomos sistemas de avaliação da atuação e da qualificação dos professores, a serem adotados pelos estados e municípios. Um sistema de avaliação e premiação por resultado é fundamental para melhorar a qualidade do ensino.

9. INTERNET EM TODAS AS ESCOLAS

Há diferentes recursos já criados para ampliar o acesso à internet nas escolas da rede pública nas áreas urbanas e rurais, mas falta uma gestão coordenada de todas essas iniciativas que impedem que esses recursos atinjam seus objetivos. Simultaneamente, oferecer cursos de especialização em pesquisas de conteúdo destinados aos professores. O objetivo destes cursos é capacitá-los para explorar a internet, criticar as informações disponíveis e, principalmente, orientar os alunos a utilizar

as novas tecnologias disponíveis em diversas pesquisas educativas.

10. BIG DATA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A divulgação e a qualidade dos dados públicos da educação são essenciais para construção de políticas públicas com base em evidências. Atualmente o Censo Escolar, o SAEB e o ENEM são nossas principais bases de dados públicas, todavia, há restrições ao seu compartilhamento. Propomos que os dados sejam de amplo acesso, respeitando protocolos proporcionais de proteção dos dados pessoais dos estudantes. É necessário também unificar os sistemas de coleta e divulgação dos dados da educação, por meio de uma única plataforma nacional, utilizada em todos os programas de repasse de recursos da União, capaz de avaliar a trajetória dos alunos, o desempenho das escolas e apoiar os municípios no esforço de melhoria da educação básica.

11. REFORMA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

O aprimoramento da qualidade do ensino, pesquisa e extensão no ensino superior público depende, essencialmente, de reformas gerenciais, estruturais e de financiamento. Em termos gerenciais, precisamos combater o modelo altamente politizado de seleção dos Reitores, que atualmente ocorre por meio de eleições. Nossa proposta é avançar para um modelo de seleção técnico, aproximando o Brasil das Universidades de ponta ao redor do mundo, expandindo o modelo já adotado no ITA e no IMPA. Em termos estruturais, é preciso rever quais linhas de pesquisa, pós-graduação e mesmo quais

cursos de graduação serão ofertados em cada Universidade do país. É necessário um planejamento estruturante e investimentos concentrados nas áreas de especialização e destaque de cada instituição. Por fim, em relação ao financiamento, é necessário reverter o quadro atual de total restrição de investimentos causado pelo inchaço dos gastos com folha e aposentadoria. É preciso criar incentivos ao autofinanciamento das Universidades, com fundos patrimoniais e pesquisas em parceria com a iniciativa privada.

12. FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

O papel da União de promover acesso ao ensino superior deve ser concretizado por meio de programas de financiamento estudantil. Propomos concentrar os recursos públicos em um programa de financiamento de alunos carentes em cursos e instituições bem avaliadas pelo MEC, em que o pagamento seja proporcional à renda nos anos subsequentes à conclusão do curso. Esta restituição, que já acontece em países como Austrália e Reino Unido, poderia acontecer inclusive com os alunos de instituições públicas que atingirem determinado patamar de renda, oferecendo nova fonte de receita para melhorar as condições das universidades e institutos federais. O governo federal deverá avaliar todos os cursos de ensino superior no país e divulgar amplamente o resultado.

13. EMPREENDEDORISMO NA ESCOLA

Associar empreendedorismo com educação e estimular a vivência profissional prática em unidades

embrionárias de pequenos negócios, a partir da iniciativa dos próprios estudantes de segundo grau, aos moldes das chamadas "empresas juniores" que existem hoje no ensino superior.

14. FORTALECER POLÍTICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Para que a economia brasileira possa competir no mundo atual, é preciso se diferenciar, aproveitar recursos que são únicos em nosso país. Explorar novas oportunidades, investir em ativos baseados no conhecimento, no empreendedorismo, tornando viável a produção de bens e serviços diferenciados e originais. Houve um esforço considerável em décadas recentes na ampliação de nossa capacidade científica e tecnológica, com efeitos palpáveis na produção científica, embora ainda limitados no âmbito da inovação. É preciso avaliar o impacto dos gastos governamentais no financiamento à inovação e à pesquisa. Ao mesmo tempo, é essencial aumentar a qualidade nas universidades e instituições de pesquisa públicas, e avançar no intercâmbio acadêmico com outros países e instituições, inclusive por meio de uma reforma imigratória que permita atrair talentos para o Brasil.



META 6

BRASIL COM SAÚDE

Melhoria do SUS com serviços de qualidade e parcerias privadas

O caminho para a melhoria da Saúde no Brasil passa obrigatoriamente por um fortalecimento e reestruturação do SUS. Toda proposta séria para a saúde deve cuidar deste bem: o acesso equitativo da população à saúde. Um bom sistema público de saúde, porém, não precisa ser um sistema estatal de saúde. Há amplo espaço para a mobilização da sociedade civil. Há séculos, as Santas Casas atuam em prol da saúde do brasileiro, suprimindo as muitas carências do Estado na área. Não há porque crer que público e privado sejam visões opostas sobre o tema da saúde - muito pelo contrário, são eminentemente complementares. A situação atual, porém, é de intensa desorganização. A gestão pública desperdiça recursos, fazendo com que o cuidado adequado não chegue ao cidadão. Já o setor privado age de forma descoordenada, sem uma integração efetiva entre os diferentes elos da cadeia produtiva, e sem uma missão unificada de geração de valor para o paciente. Nossa proposta é coordenar esses esforços para transformar a entrega de saúde para a população, em alguns casos com resultados imediatos, e em outros com investimentos necessários para o futuro de um país cada vez mais idoso, mas que nem por isso precisa ser cada vez mais doente.

NOSSAS PROPOSTAS

1. DIGITALIZAÇÃO TOTAL

Promover a digitalização dos serviços de saúde é fundamental para aumentar a eficiência do sistema. Hoje, a informação está fragmentada ao longo da cadeia de saúde. Laboratórios, hospitais (públicos e privados), médicos de consultório, UBSs, farmácias, operadoras de planos de saúde, o Ministério da Saúde – cada um tem pedaços separados da informação do paciente, muitas vezes apenas em papel. Isto gera perda de continuidade, desperdícios com informações perdidas, riscos à segurança do paciente e uma infinidade de ineficiências. A tecnologia

permite que tenhamos sistemas amplamente interoperáveis, com prontuários seguros e acessíveis para aqueles que precisam fornecer cuidados. Longas filas de espera serão substituídas pelo agendamento digital, encaminhamentos para exames ou consultas com especialistas serão feitos automaticamente, prescrições digitais oferecerão segurança ao paciente e maior previsibilidade para as compras públicas.

2. FORTALECER A TELEMEDICINA

A Telemedicina representou um

avanço importante, que agora precisa ser ampliado. Nas regiões mais remotas do país, o acesso à saúde é ainda mais precário do que nos grandes centros. Há milhões de brasileiros que não têm qualquer possibilidade de acesso a segmentos do cuidado especializado em saúde. A digitalização efetiva da saúde passa pela utilização muito mais ampla da telemedicina, oferecendo acesso à saúde especializada em todas as regiões do país. Além disso, muitas das condições clínicas que hoje exigem uma visita ao pronto-socorro, ou a uma UPA, para obter atenção, poderiam ser resolvidas de forma mais conveniente e igualmente seguras por telemedicina. Isso reduziria filas nas emergências e custos para o sistema, com alta resolutividade para o paciente – sem comprometer a possibilidade do paciente ir presencialmente à unidade de saúde sempre que necessário.

3. CENTRAIS INTELIGENTES DO SUS

Para aprofundar a digitalização dos serviços de saúde vamos criar Centrais Inteligentes de Regulação e Acesso no SUS. As redes de atenção locais, nas diferentes regiões de saúde, devem estar ligadas a essas centrais, que terão o papel fundamental de navegar o paciente no sistema, garantindo o cuidado certo no local certo. Essas centrais também irão identificar, a cada momento, gargalos no sistema, orientar a demanda por serviços de saúde, atuar para atender faltas pontuais de insumos, bem como atuar de forma preditiva. Outro passo importante será a integração entre os setores públicos e privados. Ao mesmo tempo em que há falta de oferta de alguns serviços no setor público, o setor privado de

saúde consistentemente convive com alguma capacidade ociosa. Horários ociosos de salas, equipes e equipamentos privados, por exemplo, poderiam ser ofertados ao setor público por meio da Central Inteligente de Regulação e Acesso, contribuindo para aumentar a oferta de serviços para o SUS.

4. PROTOCOLOS UNIFICADOS

Vamos desenvolver linhas de cuidado integradas com protocolos unificados para todo o país. Diabetes e hipertensão, por exemplo, são doenças que afetam dezenas de milhões de brasileiros e poderiam ser transformadas em linhas de cuidado integradas. Ao ser inserido na linha de cuidado, o paciente tem a segurança de estar recebendo o melhor cuidado possível para a sua condição, com protocolos unificados. Com o seu prontuário eletrônico único, poderá dar continuidade ao seu tratamento em qualquer instituição do país, mesmo que mude de endereço. Linhas de cuidado integradas reduzem custos e permitem oferecer uma maior qualidade de atenção.

5. FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA

Com frequência, a atenção primária no Brasil está sobrecarregada. A demanda pela assistência na recuperação de doentes é tão alta, que nem sempre sobra tempo para trabalhar adequadamente a prevenção de doenças e a promoção de saúde. Essas ações, porém, são muitas vezes mais custo-efetivas que as ações de recuperação, especialmente quando a recuperação envolve gastos com alta complexidade, fármacos e tecnologias de saúde sofisticadas. É

necessário retomar a vocação preventiva da atenção primária, com o preparo de equipes de saúde da família efetivamente focadas na construção de comunidades saudáveis.

6. CUIDADOS PALIATIVOS

É frequente que os pacientes no Brasil não tenham qualquer acesso a estruturas adequadas de cuidados paliativos no fim de vida. A criação dessas estruturas, bem como a sua integração adequada em linhas de cuidado pode contribuir em muito para oferecer dignidade para os brasileiros em fim de vida. Estruturas adequadas de transição de cuidados e de cuidados paliativos podem oferecer aos pacientes e às famílias a oportunidade de estarem mais próximos, de minimizar o sofrimento e de terem dignidade em um momento difícil.

7. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Vamos apoiar o desenvolvimento de programas de qualificação profissional contínuo para profissionais assistenciais. As ciências da saúde são uma área em constante evolução. Ao se formar, um profissional de saúde que não mantenha uma rotina de estudos e aprimoramento, rapidamente se desatualiza, e torna-se incapaz de oferecer o cuidado mais atual, mais adequado, ou mais custo-efetivo ao paciente.

8. FORMAÇÃO DE GESTORES

É indiscutível que um bom sistema de saúde precisa de bons profissionais assistenciais. No entanto, um sistema de saúde envolve mais do que a assistência — a própria gestão do

sistema é uma atividade fundamental. O planejamento e a adequada alocação de recursos, a definição de fluxos e processos, as capacidades de liderança e de desenvolvimento de talentos, bem como os controles financeiros e operacionais são atividades fundamentais. Infelizmente, o Brasil negligenciou durante muito tempo a formação desses profissionais. Assim, há um enorme déficit de gestores ao longo do sistema de saúde brasileiro, ocasionando desperdícios evitáveis de recursos que poderiam ser aplicados em prol do paciente. Assumimos o compromisso de investir na formação de gestores de saúde e na qualificação dos profissionais assistenciais em competências de gestão.

9. PREMIAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO

Com um sistema fortemente digitalizado, será possível efetivamente mensurar desfechos clínicos. Desfechos são os resultados que efetivamente interessam para o paciente — seja a sua recuperação, seja o controle de sua condição com qualidade de vida. A mensuração de desfechos permitirá um passo adicional — o pagamento por desfechos clínicos, oferecendo adicionais de remuneração a profissionais e instituições do SUS que efetivamente se destacam no cuidado ao paciente. Este modelo alinha os interesses de todas as partes do sistema, à medida em que o que é efetivamente remunerado é aquilo que mais interessa ao paciente.

10. ESTIMULAR O SETOR PRIVADO A TRABALHAR COM O SUS

O setor privado tem hoje um papel fundamental no SUS, com até 59% dos atendimentos de alta complexidade do SUS acontecendo em hospitais filantrópicos. Entretanto, os modelos de remuneração, baseados em uma ultrapassada e defasada tabela, privilegiam a desintegração do cuidado. O paciente fica solto no sistema, sem um guia efetivo, e não há incentivo para que os prestadores de serviço contratados tenham uma ação efetiva na prevenção de doenças e de episódios agudos. É preciso permitir novas modalidades de contratação — não só de procedimentos, mas de redes assistenciais e linhas de cuidado completas, nas quais o Estado remunere o prestador não pelo procedimento, mas pelo cuidado integrado a cada paciente.

construir também passa necessariamente por apoiar o esforço de universalização do saneamento básico para redução de doenças e garantir a dignidade humana. Em consonância com o Marco Legal do Saneamento aprovado em 2019, acreditamos que o Estado deve se aliar a empresas privadas do ramo de tratamento de água e esgoto para ampliar a concorrência, e ofertar melhores serviços e preços para o consumidor final e a União deve contribuir por meio do apoio na estruturação e licitação destes projetos pelos Municípios e Estados, bem como no incentivo à regionalização dos serviços.

11. FOCO NA PREVENÇÃO

Não é mais possível visualizar apenas a questão do acesso a serviços de saúde como o início e o fim da política pública de saúde. Nenhuma política de saúde será sustentável sem um foco claro na prevenção. Saúde precisa estar presente nas políticas de informação ao consumidor, no currículo escolar, nas discussões sobre meio ambiente e sobre segurança pública. Um bom sistema de saúde cuida bem das pessoas doentes.

12. APOIAR O ESFORÇO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO

O sistema de saúde que queremos



META 7

BRASIL SEGURO

Combate rigoroso ao crime organizado e à corrupção

Os brasileiros vivem ameaçados pela violência e a insegurança. A taxa de homicídios cresce de forma quase contínua há mais de quatro décadas, e mesmo com as recentes quedas, ainda está muito acima dos índices globais. As boas notícias são poucas e breves. Disputamos a liderança no ranking da violência com países que são muito mais pobres, como El Salvador, Venezuela, Lesoto, Guatemala e Honduras. Em matéria de segurança pública, estamos no clube errado, do qual precisamos sair urgentemente. A corrupção, por outro lado, tem drenado os recursos públicos a uma velocidade alarmante nas últimas décadas. Estima-se que bilhões de reais tenham sido desviados das mais diversas instâncias públicas por quadrilhas que operam sob a proteção da legislação partidária e eleitoral. A vulnerabilidade do país decorre, de um lado, do modelo institucional da segurança pública, fragmentado e sobreposto. De outro, do corporativismo reinante, que muitas vezes age para livrar malfeitores. Basta ver a pressão que foi exercida para sepultar a Lava Jato, que se notabilizou como a mais contundente resposta já dada pela sociedade brasileira contra os desmandos dos poderosos.

NOSSAS PROPOSTAS

1. AGIR CONTRA O CRIME ORGANIZADO

Há extensas ramificações do crime organizado no comércio legal, no setor de serviços (incluindo serviços financeiros), na burocracia estatal, nas polícias e na política do país. Diante desse cenário, vamos promover a articulação das forças de segurança, principalmente fomentando a integração entre os sistemas de inteligência e informação das polícias (no nível estadual e federal), dos órgãos de controle interno, do Ministério Público, dentre outros, com vistas a permitir o compartilhamento de informações e a gestão estratégica do problema do crime organizado no país.

2. AUTONOMIA DA PF

Defendemos que o diretor geral da Polícia Federal tenha um mandato fixo de quatro anos no cargo, período durante o qual não poderá ser demitido. Esse mandato deve ser intercalado com o do Presidente da República. Ou seja, o novo presidente não poderá indicar o Diretor Geral nos dois primeiros anos de seu mandato, resguardando a autonomia e o caráter de instituição de Estado que a Polícia Federal requer.

3. PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Defendemos a prisão em segunda instância como forma de diminuir a impunidade no país. Ainda que o condenado possa recorrer a tribunais superiores, deve fazer isso enquanto cumpre sua pena.

4. FIM DO FORO PRIVILEGIADO

Apoiar a PEC 333/17, que prevê o fim do foro privilegiado por prerrogativa de função. Essa PEC pode ajudar muito no combate à corrupção e está há mais de quatro anos na Câmara dos Deputados. Nosso governo vai trabalhar pela aprovação da proposta.

5. ENDURECER A EXECUÇÃO PENAL

O aprimoramento da legislação penal trará benefícios na contenção do crime, principalmente por meio de alterações da Lei de Execução Penal (LEP) para diminuir os mecanismos de progressão de pena para infratores reincidentes, autores de crimes violentos ou que tenham comprovada participação em grupos organizados. Propõe-se também o endurecimento de penas para crimes hediondos e o fim das saídas temporárias da prisão.

6. PUNIR CRIMES CONTRA O ERÁRIO

Elevar as penas para crimes contra a administração pública. É necessário criar uma ampla base legal para aprofundar o combate à corrupção. Os governos são exemplos de fracasso ou inércia no combate à

corrupção. Vamos retomar o rumo, propondo leis que endureçam as regras de prescrição dos crimes de corrupção.

7. RESPONSABILIZAR OS PARTIDOS

Queremos criminalizar o caixa dois nas campanhas com penas mais severas. Defendemos a aplicação de multa para os partidos políticos pela prática e a adoção do princípio da extinção do domínio, com perda ampliada de bens, em casos de corrupção e associação com o crime organizado e corrupção.

8. CONTROLE DE ARMAS E MUNIÇÕES

Reconstruir a capacidade regulatória do sistema de controle das armas de fogo. Estabelecer um programa coordenado pelo Ministério da Segurança Pública para o efetivo rastreamento de armas e munições produzidas, importadas e comercializadas no país, reforçando o SINARM e promovendo a integração com o sistema SIGMA. Desenvolver ações contra a venda ilegal de armas e munições.

9. METAS DE ESCLARECIMENTO DE CRIMES

É preciso aumentar a capacidade de elucidação de crimes. Os níveis de produtividade atuais das polícias civis nos estados são inaceitáveis diante dos parâmetros internacionais. Metas de desempenho para essas instituições podem reverter esse padrão de baixa produtividade sem grandes investimentos

em novas contratações. Propomos a criação de um indicador nacional de investigação de homicídios que permita mensurar e monitorar o desempenho das investigações criminais em cada estado, premiando aqueles que desempenham adequadamente suas funções com acesso prioritário aos fundos federais, que devem ser flexibilizados, permitindo sua utilização também em áreas correlatas essenciais para o aprimoramento da segurança.

META 8

BRASIL RESPEITADO

Reconstruir a agenda internacional do País e recuperar a reputação na política externa



Infelizmente, temos colecionado uma longa lista de fracassos na agenda de política externa brasileira. No decorrer da última década e meia perdemos diversas oportunidades de assinar tratados internacionais importantes, que poderiam dinamizar nosso comércio externo, barateando a importação de insumos e facilitando nossas vendas para o exterior. Deixamos de lado negociações bilaterais importantes. Perdemos grandes oportunidades. Um país que protege excessivamente o capital físico e não enxerga o real valor do capital humano, do uso sustentável dos recursos naturais e do conhecimento, fica condenado ao ostracismo global e a produzir bens de baixo valor agregado. Na esteira desse cenário ruim, a postura permissiva e irresponsável que o Brasil tem projetado sobre a questão do desmatamento da Amazônia piorou ainda mais a situação, nos colocando em posição de fragilidade nas mesas globais de negociações. Reverter essa imagem e atuar com pragmatismo e eficácia são questões que se impõem de forma urgente ao país no novo ciclo presidencial.

NOSSAS PROPOSTAS

1. DIPLOMACIA VERDE

A construção de uma economia carbono neutro será também o pilar principal de nossa política externa. A busca por uma economia verde, que neutralize as emissões de carbono, abrirá as portas para acordos importantes e também para nossa entrada na OCDE. O acesso a mercados depende cada vez mais do respeito aos princípios da sustentabilidade e da boa governança e o Brasil tem vantagens competitivas na área ambiental que precisam ser aproveitadas. O Brasil poderá ser a primeira grande economia do mundo a gerar renda e riqueza inteiramente na era do carbono neutro. Se o petróleo foi a matriz de riqueza das nações

no século XX, a fixação de carbono será uma das principais fontes de riqueza do século XXI. O Brasil será uma superpotência econômica do mundo nesse cenário. Temos capacidade de fixar metade do carbono do planeta plantando árvores em terras degradadas ou sem uso. Nenhuma nação tem um ativo tão gigantesco e valioso.

2. RETOMAR NOSSA TRADIÇÃO

Superar o caráter anacrônico da atual política externa e restabelecer o padrão diplomático pautado no diálogo com parceiros tradicionais. Administrar a integração regional

baseada no Mercosul e buscar o engajamento com instituições multilaterais. Retomar as linhas norteadoras de nossa política externa, pautada pela preferência de soluções multilaterais, na atuação construtiva nas organizações internacionais, na defesa da solução pacífica de controvérsias e de princípios como a não-intervenção e a igualdade soberana entre os estados, no respeito ao Direito Internacional, e na valorização da eficiência e da tradição da diplomacia brasileira. Precisamos recuperar o eixo de nossa política externa e superar os resquícios ideológicos dos populistas de direita e esquerda.

3. PRIORIZAR ACORDO MERCOSUL-UE

Finalizar o acordo de cooperação entre o Mercosul e a União Europeia, que constituirá uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Quando entrar em vigor, irá integrar comercialmente 780 milhões de habitantes e aproximadamente um quarto do PIB global. Esse acordo poderá produzir um incremento no PIB brasileiro de US\$ 87,5 bilhões em 15 anos e um aumento de investimentos no país da ordem de US\$ 113 bilhões. Trata-se de uma oportunidade única para a economia brasileira que iremos priorizar.

4. A SAÚDE É GLOBAL

Desenvolver uma política externa da saúde. A pandemia mostrou que a saúde pública é também um tema de política externa. A falta de cooperação nessa área pode afetar diretamente a capacidade de responder às crises sanitárias, como aprendemos duramente na pandemia de Covid-19. O Brasil precisa reforçar sua participação em organizações

multilaterais, buscando ampliar sua capacidade de resposta às crises sanitárias que podem se tornar cada vez mais constantes.

5. AGENDA DE COMBATE AO CRIME

O Brasil precisa ter um papel ativo na definição das estratégias globais de combate ao terrorismo e ao crime cibernético. As tecnologias da informação e comunicação têm sido crescentemente utilizadas para facilitar o cometimento de crimes e atos terroristas. Há um intenso processo de cooperação internacional e de definição contra esses delitos e, em sentido positivo, de proteção de dados. Um sistema de governança global para esse tema está em pleno desenvolvimento e o Brasil precisa participar e liderar esse processo.

6. DEFESA É PARTE DO JOGO

Demonstrar a capacidade de se contrapor à concentração de forças hostis nas proximidades das fronteiras, dos limites das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo nacional. Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o espaço cibernético, e o território, ampliando a independência e a soberania do país nas áreas de defesa, relações exteriores, segurança, indústria e tecnologia.

7. SATÉLITES E COMUNICAÇÃO

Assumimos o compromisso de incrementar as competências associadas ao domínio tecnológico do uso de satélites, buscando o atendimento das demandas da Defesa e dos demais órgãos governamentais.

META 9

BRASIL DINÂMICO

Cultura, turismo e economia criativa como motores do desenvolvimento



Acreditamos que a criatividade, a produção artística e nosso potencial turístico podem ser tecidos na economia de livre mercado para criar trabalho e riqueza. Nossa política pública de cultura está vinculada ao conceito de liberdade. Em nossa visão, o governo federal deve atuar como articulador das políticas públicas federais de cultura. Sustentamos a necessidade de se desenvolver um modelo descentralizado de execução da política cultural que envolva diretamente os entes federativos como parceiros executores. Pretendemos adotar políticas públicas no setor que sejam apoiadas no conceito de desconcentração da renúncia fiscal entre os entes federativos e que tenham sua execução delegada à sociedade civil. Também precisamos promover uma revolução nas escolas, visando a formação de indivíduos críticos e com capacidade de abstração. A produção cultural e o consumo dessa produção são atividades sociais contínuas que perpassam diversas dimensões das políticas públicas. O acesso à produção artística não pode ser um privilégio de poucos. Por consequência, cultura e educação caminham juntas na construção do acesso à produção cultural. Da mesma forma, o setor do turismo tem seu potencial subexplorado, e a atividade turística deve ser vista como vetor de geração de emprego, e de desenvolvimento econômico e social. Ressalte-se que o Brasil recebe, por ano, menos turistas estrangeiros do que a Torre Eiffel, sozinha, em Paris. Estes números demonstram o quanto o setor pode crescer em nosso país.

NOSSAS PROPOSTAS

1. CONSELHO DA CULTURA

Vamos criar o Conselho Nacional de Cultura, aberto a pessoas e representantes do Brasil e do exterior, que tenha características autorreguladoras para o setor. Esse Conselho irá construir planos plurianuais, contemplando diferentes modalidades de expressão cultural. A implantação do plano será monitorada por meio de indicadores e por um sistema próprio de verificação. Todo o programa incluído no plano plurianual da cultura terá sua execução

monitorada e seu desempenho avaliado. Os programas que não atenderem a critérios mínimos de desempenho serão descontinuados.

2. PONTES COM A EDUCAÇÃO

Inserir a cultura no processo educacional. No Governo Federal trabalharemos para construir pontes entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Cultura. É preciso incluir a sociedade de modo efetivo no processo de produção e consumo de

bens culturais por meio da educação.

3. MAPEAR AS ATIVIDADES

A elaboração de um "Atlas da Criatividade do Brasil" que identifique o potencial de desenvolvimento dos setores criativos e induza à conscientização dos governos locais e da população sobre a importância e o potencial econômico desse setor. O Atlas servirá como base para o desenvolvimento de políticas locais e o direcionamento do financiamento público federal. O mesmo será realizado na área do Turismo, nos moldes do Observatório do Turismo de Minas Gerais, que mede os índices econômicos da atividade turística no estado.

4. PATRIMÔNIO NATURAL

Promover o aproveitamento econômico do patrimônio natural para fins de turismo e de lazer, conciliando a conservação ambiental, a geração de emprego e renda e contribuindo para o desenvolvimento territorial, a começar pelo Zoneamento Ecológico Econômico do território nacional.



META 10

BRASIL RESPEITÁVEL

Restabelecer o equilíbrio entre os Poderes, o respeito aos direitos individuais e garantir a aplicação das leis

Temos diante de nós a missão de enfrentar uma das maiores crises sociais e políticas da nossa vida republicana, resultante dos impactos da pandemia agravados pela ineficiência do Estado e um colapso de liderança. As relações entre os Poderes estão abaladas. Instituições que deveriam proteger direitos e o meio ambiente foram cerceadas e desorganizadas. Temos uma agenda para reverter o estado de crise ao qual fomos conduzidos pela sequência nefasta de governos populistas. A começar pela valorização e o respeito à imprensa livre. Vamos trabalhar em conjunto com Congresso e Judiciário para garantir as liberdades fundamentais e a reconstrução da capacidade do governo federal nas áreas hoje negligenciadas, como ciência e tecnologia, cultura, meio ambiente, povos indígenas e direitos humanos.

NOSSAS PROPOSTAS

1. RESGATAR A MISSÃO DO STF

O Supremo deve voltar a exercer a sua missão constitucional: defender normas essenciais da Constituição, ligadas ao Estado de Direito, à democracia e aos direitos fundamentais e sociais básicos. Para isso, o Congresso tem de remover da Constituição as regras de detalhe, as normas de ocasião e os penduricalhos do corporativismo público e privado que contaminaram o espírito da Constituição.

2. RESPEITAR OS DIREITOS INDIVIDUAIS E A IGUALDADE PERANTE A LEI

Articular junto a estados e municípios

o aprimoramento dos padrões de governança dos órgãos responsáveis pela promoção da cidadania. Reforçar o papel do Estado na intransigência em relação a discriminação de qualquer natureza, respeitando os direitos individuais, e garantindo a aplicação das leis em vigor no país.

3. TORTURA NUNCA MAIS

Reconstruir os mecanismos institucionais de prevenção e combate à tortura e reforçar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Vamos trabalhar para atender ao compromisso internacional estabelecido no Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas

Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas, o qual o Brasil ratificou em 2007. A área de proteção dos Direitos Humanos foi desmontada e precisa ser reconstruída. O processo de desorganização e enfraquecimento de diversas instituições públicas, como a Funai e as agências de fiscalização ambiental, precisa ser revertido urgentemente. É preciso reconstruir também as pontes com as organizações da sociedade civil que monitoram a situação dos Direitos Humanos no país.

4. EXTINGUIR O FUNDÃO ELEITORAL

Retirar os partidos da zona de conforto dos recursos subsidiados do Fundo Eleitoral, extinguindo o financiamento estatal das eleições, ampliando o papel das doações individuais e transferindo o poder de destinação do Fundão, atualmente concentrado nos dirigentes partidários, para empoderar o eleitor, aumentando a competição eleitoral e permitindo a renovação política.

5. RESPEITAR DIREITOS INDÍGENAS

Defender os direitos de propriedade para povos indígenas com revisão da legislação, tendo como premissa o respeito às especificidades culturais, viabilizando a inclusão econômica e o protagonismo indígena. Garantir, por meio de ações da FUNAI e demais órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que os povos indígenas estejam protegidos de todas as formas de violência e discriminação e combater a ocorrência de práticas ilegais em territórios indígenas, como o garimpo, caça, pesca e a extração ilegal de madeira.

6. DIVERSIDADE E DIGNIDADE

Respeitar a diversidade, com a desburocratização do processo de adoção de nome social e garantia da isonomia nos direitos previdenciários para casais homoafetivos, vedada qualquer tipo de discriminação legal.

7. DEFESA DAS MULHERES

Investir na proteção social da mulher por meio da qualificação de delegados de polícia para o atendimento de mulheres vítimas de crimes, desenvolvendo padrões nacionais para o atendimento nas delegacias e para investigação de violência contra as mulheres.

8. TRANSPARÊNCIA TOTAL

Aumentar a transparência e o controle das atividades do governo federal, garantindo uma rigorosa ampliação da Lei de Acesso à Informação.

9. REFORMA POLÍTICA E ELEITORAL

Vamos combater o oligopólio partidário, regulamentando candidaturas independentes, listas cívicas e partidos regionais. Somos favoráveis ao modelo de voto distrital para os cargos de sistema proporcional, a fim de recuperar a credibilidade do sistema, baratear o custo das campanhas eleitorais, resgatar a responsabilização dos nossos políticos, e romper o divórcio que existe atualmente entre o representante e o representado.

AGRADECIMENTOS

Na elaboração desse programa de governo realizamos dezenas de entrevistas e debates com especialistas em diferentes disciplinas. As propostas aqui apresentadas foram elaboradas a partir dos insumos coletados nestas inúmeras interações, mas não representam, necessariamente, as opiniões das pessoas entrevistadas. Foram todas contribuições voluntárias e devemos agradecimentos especiais aos seguintes especialistas:

Alexandre Mendonça de Barros

Ana Maria Diniz

André Andrade

André Portela

André Velloso

Beto Veríssimo

Carlos Ari Sundfeld

Edmar Bacha

Eduardo Viola

Gabriel Rocha

Gesner Oliveira

Carlos Góes

Carolina Ricardo

Diego Costa

Eduardo Viola

Jorge Caldeira

José Augusto Fernandes

José Roberto Mendonça de Barros

Karla Falcão

Leandro Piquet Carneiro

(coordenador do programa de governo)

Luiz Felipe Costamilan

Mano Ferreira

Marcello Brito

Marina Campos

Paulo Hartung

Pedro Nery

Pedro Passos

Priscila Cruz

Olavo Nogueira Filho

Oliver Stuenkel

Pérsio Arida

Rafael Paulino

Roberto Waack

Ronaldo Bianchi

Rubens Barbosa

Sandra Polónia Rios

Samuel Pessôa

Sergio Rial

Tasso Azevedo

Ubiratan Guimarães

(Fundação NOVO)

REFERÊNCIAS E FONTES UTILIZADAS

Associação Livres (2022). Caderno de Políticas Públicas 2022: Propostas Nacionais e Estaduais, Organizadores Deborah Bizarria, Mano Ferreira, Magno Karl. São Paulo, Associação Livres.

Barros, J. R. Mendonça de (2022). Agropecuária: para ir ainda mais longe. Relatório de pesquisa.

Broude, M., Deger, S. & Sen, S. (2013). Defence, innovation and development: the case of Israel. Journal of Innovation Economics & Management, 12, 37-57.

Brick, E. Siqueira (s.d.). A Gestão Estratégica do Orçamento de Defesa do Brasil. Relatório de pesquisa disponível em: <http://defesa.uff.br/wp-content/uploads/sites/342/2022/03/Gestao-estrategica-do-orcamento.pdf>

CALDEIRA, Jorge (2020). Brasil: Paraíso restaurável. Estação Brasil, São Paulo. Canada Poverty Reduction Act – <https://www.canada.ca/en/employment-social-development/programs/results/poverty-reduction.html>

CLP – Centro de Liderança Pública - <https://www.clp.org.br/>

CINDES – Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento – <https://www.cindesbrasil.org/site/>

Carbon Brief – <https://www.carbonbrief.org/>

Degaut, M., Góes, C. (2018). Abertura Comercial para o Desenvolvimento Econômico. Relatório de Conjuntura 3 - Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos.

D'Avila, Luiz Felipe. (2022). Potência ambiental: a passagem para a economia de carbono neutro vai comandar a reinserção do Brasil na economia mundial. O Estado de S.Paulo, publicado em 26 de janeiro de 2022.

D'Avila, Luiz Felipe. (2021). O Jardim dos Finzi-Contini. O Estado de S. Paulo 28 de julho de 2021.

D'Avila, Luiz Felipe. (2017). Dez Mandamentos do país que somos para o Brasil que queremos. Topbooks Editora, Rio de Janeiro.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética. PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DE ENERGIA 2026. Disponível em https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-40/topico-66/Cap2_Texto.pdf

Ibarra, G. L.; Rubião, R. M. & Fleury, E. (2021). Indirect Tax Incidence in Brazil: Assessing the Distributional Effects of Potential Tax Reforms. Policy Research Working Paper 9891, World Bank.

IBGE, 2019. Pesquisa Nacional de Saúde. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?=&t=resultados>
Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo -<http://gbio.webhostusp.sti.usp.br/?q=pt-br>

Instituto Sou da Paz (2022). Agenda de Controle de Armas. Disponível em <https://soudapaz.org/>

Lifshitz, Y. (2003). The Economics of Producing Defense; Illustrated by the Israeli Case, Amsterdam, Kluwer Academic Publishers.

McKinsey Global Institute (2019). Digital Identification: A key to inclusive growth. Report disponível em: www.mckinsey.com/mgi

Pessoa, S. (2022). Ainda a Coreia do Sul. Folha de São Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2022/04/ainda-a-coreia-do-sul.shtml>

New Zealand Child Poverty Reduction Act – Disponível: 2018 <https://www.legislation.govt.nz/act/public/2018/0057/18.0/LMS8294.html>

Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2018). Relatório de Conjuntura nº 4: Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil, junho de 2018. Disponível em <https://bit.ly/2LGRuCT>

Todos pela Educação – <https://todospelaeducacao.org.br>

UFF DEFESA – Universidade Federal Fluminense – <http://defesa.uff.br/>

UK Child Poverty Act 2010 – <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/9/contents>

Veiga, P. da Motta, Rios, S. Polónia. (2022). O papel dos acordos preferenciais de comércio em um novo ciclo de abertura comercial do Brasil nos anos 2020. Relatório, versão preliminar para discussão.

World Economic Forum – <https://www.weforum.org/agenda/2016/06/these-are-the-5-health-challenges-facing-latin-america/#:~:text=Latin%20American%20countries%20have%20advanced,diabetes%2C%20cancer%2C%20and%20obesity>

World Homicide Data – <https://ourworldindata.org/homicides>